

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.884 - DF
(2005/0160277-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
EXEQUENTE : ALBA MENEZES SANTIAGO
EXEQUENTE : ALZIRA ASFURY DA COSTA
EXEQUENTE : EDITE CAMELO DE MATOS
EXEQUENTE : ELIVANDA FERREIRA DA SILVA
EXEQUENTE : LUIZA MIRANDA DE LIMA
EXEQUENTE : MARIA AGLAIS DE HOLANDA
EXEQUENTE : MARIA AMAZONAS DE SOUZA GOMES
EXEQUENTE : MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE ALMEIDA
EXEQUENTE : MARIA DE JESUS CASTRO LIMA
EXEQUENTE : MARIA DELCIMAR SANTIAGO
EXEQUENTE : MARIA DO CARMO DE LIMA MESQUITA
EXEQUENTE : RAIMUNDA CARLOS DE AZEVEDO
EXEQUENTE : ELIZABETH MONTEIRO FERREIRA
ADVOGADO : PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COELHO E OUTRO -
DF001777A
EXECUTADO : UNIÃO

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Ao que se observa dos autos, as Petições n. 00150886/2019 (fls. 1186-1205) e 00151259/2019 (fls. 1206-1225) estão pendentes de apreciação.

Inicialmente, esclareço que à fl. 786 foi deferido o pedido de habilitação do sucessor de EDITE CAMELO DE MATOS. Ao citar o pedido ao qual estava deferindo, aquela decisão fez menção ao número de páginas quando o processo ainda tramitava na forma física. Dessa maneira, nada a decidir quanto a esse ponto.

Em relação ao destaque de honorários advocatícios, **defiro** o pedido, tendo em vista a juntada dos respectivos contratos.

Esclareço que o valor dos honorários contratuais não pode ser dissociado do crédito do beneficiário principal, devendo observar a mesma classificação (RPV ou PRC) daquela tida para o principal. Nesse sentido:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Fracionamento para pagamento por RPV ou precatório. Impossibilidade. Súmula Vinculante 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de

Superior Tribunal de Justiça

expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido. [RE 1.094.439 AgR, rel. min. Dias Toffoli, 2ª T, j. 2-3-2018, DJE 52 de 19-3-2018.]

No que diz respeito ao pedido dos sucessores de MARIA AMAZONAS DE SOUZA GOMES, entendo que a habilitação dos herdeiros tem o sentido de garantir a continuidade do processo, não tendo ligação direta e necessária com a questão relativa à definição dos quinhões hereditários e à divisão dos bens do *de cujus*, o que deve ser discutido no juízo do inventário.

É possível, em tese, que se admita a habilitação de herdeiros que, ao final, não receberão os bens objeto do processo, em decorrência da formalização da partilha feita pelo juízo da sucessão.

Por isso é que o fato de se admitir a habilitação de herdeiros não decorre que tais herdeiros possam, desde logo, levantar valores nos autos, tendo em vista que, para tanto, é imprescindível a apresentação da certidão de inventariança ou do formal e da certidão de partilha, nos termos do art. 655 do Código de Processo Civil, ou da escritura pública de inventário e partilha, prevista na Lei n. 11.441/2007 c/c com o art. 610, § 1º, do CPC. Em qualquer caso, o documento deve **relacionar o crédito que se pretende levantar**.

Em face do exposto e considerando a regularidade da documentação apresentada, **defiro** a habilitação pretendida, desde já esclarecendo que eventual autorização para que os herdeiros procedam a levantamento de valores, será feita mediante respectiva comprovação da partilha regular, no juízo sucessório, do crédito que se pretende levantar, **no bojo do respectivo precatório ou RPV**, bem como de procuração com poderes específicos, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil.

Assim, eventual requisição de créditos devidos a beneficiários falecidos após o período de apuração devem ser expedidos em nome do **espólio**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção